

## O ALTO SÃO FRANCISCO E O MITO DOS CATAGUÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA EM MINAS GERAIS

*Gilmar Henriques\**

*Fernando Costa\*\**

*Edward Koole\*\*\**

HENRIQUES, G.; COSTA, F.; KOOLE, E. O Alto São Francisco e o Mito dos Cataguá: contribuições para a história indígena em Minas Gerais. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 14: 195-208, 2004.

RESUMO: Inúmeros trabalhos nacionais e internacionais, nos campos da etnohistória e da arqueologia, apontam o Alto São Francisco como área de domínio da “temível nação Cataguá”, que teria ocupado este território ao longo dos séculos XVI e XVII. Este artigo tem como objetivo demonstrar através de uma análise comparativa entre fontes secundárias e primárias que a existência de tal grupo é uma quimera, decorrente do hábito dos exploradores paulistas de criar atribuições generalizantes para diferentes grupos indígenas não falantes do tupi.

UNITERMOS: Etno-história – Arqueologia – Rio São Francisco – Minas Gerais – Cataguá.

*Foi no Tempo em que os vossos avós  
desciam o Tietê ao sabor das Monções ou  
vingavam a Serra da Mantiqueira, em  
busca do ouro.*

*Reduzida escolta bandeirante ficara  
perdida numa região agreste das Minas  
Gerais, conhecida pela grande quantidade  
de furnas e cavernas temerosas (...)*

*Toda a noite, nos pousos, os forasteiros  
ouviam de um caboclo velho da escolta,  
histórias do desaparecimento misterioso de  
gente de bandeiras anteriores, sem que  
jamais se lhe pudesse encontrar o mínimo  
vestígio: eram vítimas decerto dos índios  
vampiros chamados “tatus brancos”, que,  
enxergando como corujas batuqueiras, na  
noite mais tenebrosa varejavam à dispa-  
rada, a horas mortas, campos e matos em  
procura de presa (...)*

*Eis aí se não traiu a memória, a lenda,  
lida em criança, da existência de uma tribo  
de canibais trogloditas (...) habitantes das  
cavernas.*

(\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação, Mestrado. Bolsista do CNPq. [gilmarp@usp.br](mailto:gilmarp@usp.br)

(\*\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação, Doutorado. Bolsista da FAPESP. [mwmc70@yahoo.com.br](mailto:mwmc70@yahoo.com.br)

(\*\*\*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação, Mestrado. [ekoole@yahoo.com.br](mailto:ekoole@yahoo.com.br)

(Câmara Cascudo, “A Lenda dos Tatus Brancos”)

## Introdução

O território que compreende a região do Alto São Francisco é apontado em trabalhos de memorialistas mineiros como região habitada por grupos indígenas da “nação *Cataguá*”, supostamente contatados por bandeirantes e viajantes (Barbosa 1978; Senna 1938; Vasconcelos 1904; José 1948). Segundo esses estudiosos, o domínio de tal nação se estenderia ainda para todo o sudoeste do estado de Minas Gerais.

A existência deste grupo indígena foi aceita sem maiores objeções tanto por historiadores quanto por arqueólogos que trataram do tema, sendo veiculada em importantes trabalhos nacionais e internacionais, pioneiros na síntese e organização dos dados etno-históricos e arqueológicos levantados na América do Sul até a primeira metade do século XX (Nimuendajú 1983; Steward 1969). No campo da Arqueologia, foram formuladas hipóteses que apontam um vínculo entre as culturas ceramistas Una e Aratu/Sapucai e os indígenas *Cataguás*. (Dias Jr. 1974; Dias Jr. & Carvalho 1978; Prous 1992).

Os trabalhos de Vasconcelos, Senna e José descrevem a migração do grupo *Cataguá* a partir do nordeste do Brasil em direção sul, aproveitando o vale do rio São Francisco. Este vale teria sido percorrido até suas cabeceiras sendo que, a partir de seu alto curso, o grupo teria se fracionado, gerando migrações simultâneas para o oeste e sul do território que viria a ser o das Minas Gerais (José 1965: 20; Senna 1938). A primeira etapa da “*migração Cataguá*” vem ao encontro de idéias que atribuem a tal grupo a fabricação da cerâmica Aratu, visto que é no nordeste do Brasil que se obteve a data mais antiga, situada em 400 AD (Prous 1992: 346), e onde foram registrados grandes sítios-aldeia desta Tradição (Calderón 1973, 1971; Martin 1999).

As pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos cinquenta anos em áreas do sudoeste, centro e sul de Minas pautam-se por um amálgama coeso entre discurso histórico tradicional e discurso arqueológico. Estudos de Impacto Ambiental, até há pouco tempo única espécie de pesquisa arqueológica desenvolvida na região do Alto São Francisco, reproduzem fielmente o discurso de Vasconcelos (1904) e Senna (1938) adaptado por

Dias Jr. (1974, 1978) e Prous (1992).<sup>1</sup> Este estágio de contemplação das fontes secundárias, compostas majoritariamente pelo trabalho de memorialistas, só foi interrompido no final dos anos 90, com a retomada das pesquisas acadêmicas na bacia do Alto São Francisco.

## Arqueologia

O projeto “*Pré-História da Província Cárstica do Alto São Francisco*” (PASF) empreende há cinco anos um levantamento sistemático de sítios arqueológicos no âmbito de uma área de 1.500 km<sup>2</sup>, caracterizada por um relevo cárstico com feições típicas: formação de cavidades como abrigos e cavernas, ocorrência de dolinas, lagoas e vales cegos (Lino 2001; Henriques 2002). A peculiaridade do relevo regional é o fato de ser marcado por intensa drenagem fluvial em superfície (Fig. 1), o que o diferencia do relevo de outras regiões cársticas, como a de Lagoa Santa no centro ou a do vale do rio Peruaçu, no norte do Estado. Os dados levantados têm demonstrado que os trabalhos, do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB-RJ) realizados nos anos 60 e 70, e do Setor de Arqueologia da UFMG no final dos 70, ofereceram uma amostra importante, porém pequena, do potencial arqueológico desta região. Novos questionamentos surgiram à luz das pesquisas, que buscam diferentes teorias explicativas para a dinâmica de assentamento dos grupos de horticultores ceramistas que, segundo Dias Jr. & Carvalho (1982: 31), teriam chegado à região em torno do século II AD.

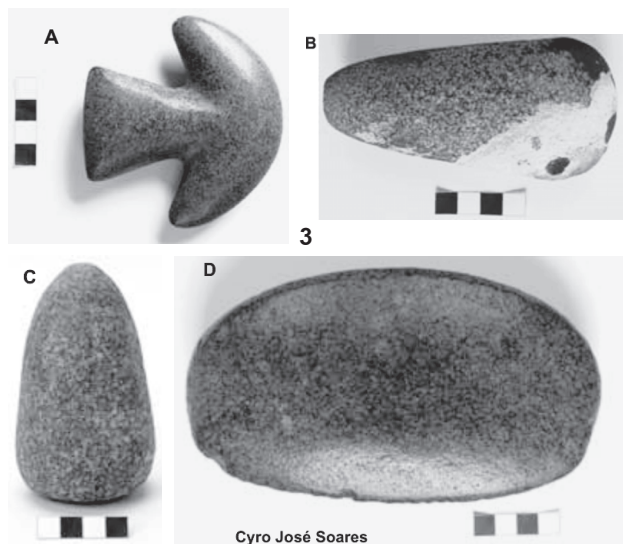
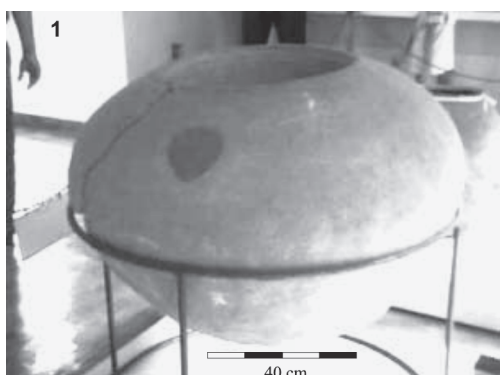
A área pesquisada pelo projeto engloba a totalidade dos municípios de Pains e Doresópolis, além de partes dos municípios de Arcos, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Pimenta e Piumhi (Fig. 1). Até o momento já foram identificados cerca de 140 sítios arqueológicos que, aliados aos 70 já registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN 2004), totalizam mais de 200 sítios.

(1) A título de exemplo ver os trabalhos de Baeta (2001) e Baeta & Albano (1997), que apresentam um levantamento bibliográfico detalhado sobre os grupos etno-históricos em Minas Gerais. Estes relatórios podem ser consultados na Biblioteca da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em Belo Horizonte-MG. Para maiores informações consultar o website: <http://www.feam.br/home.asp>



Há grande ocorrência de sítios arqueológicos a céu aberto, em vertentes suaves à beira de córregos, com centenas de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos, tanto polidos (Foto 3) quanto lascados. O mais importante até o momento registrado é o sítio arqueológico *Engenho de Serra*, que ocupa o topo, vertentes e sopé de um monte situado à margem direita do córrego Tamboril, tributário do Ribeirão dos Patos (Fig. 1). Na transição vertente/topo deste monte foram encontradas duas depressões circulares no solo, uma com quase 20 m de diâmetro maior e a outra com pouco mais de 10 m. No entorno dessas estruturas vêm sendo anualmente exumadas urnas funerárias praticamente inteiras (Fotos 1 e 2), além de centenas de fragmentos cerâmicos e artefatos líticos polidos. A morfologia, localização e disposição de tais estruturas no espaço intra-sítio, foram alguns dos fatores que nos levaram a interpretá-las como “casas-subterrâneas”.

No entanto, como o relevo cárstico que caracteriza a área é rico em dolinas de dissolução (Lino 2002), que são depressões no solo, de feição circular, que captam as águas pluviais drenando-as para o lençol freático, julgamos necessário demonstrar o caráter antrópico das estruturas registradas no sítio *Engenho de Serra*. Um projeto de mestrado, em desenvolvimento no Museu de Arqueologia e Etnologia, está escavando uma das estruturas a fim de expor sua estratigrafia que, caso esteja rompida, comprovará que tais feições foram escavadas (Henriques 2002). Outro fator que reforçará esta tese será a coleta de refugos antrópicos ao longo da escavação, tais como carvões e fragmentos cerâmicos. Ressalta-se que Prous encontrou estruturas semelhantes no município de Arcos, caracterizou-as como “casas-subterrâneas” (1992: 355) e realizou algumas intervenções nestes sítios, como escavações

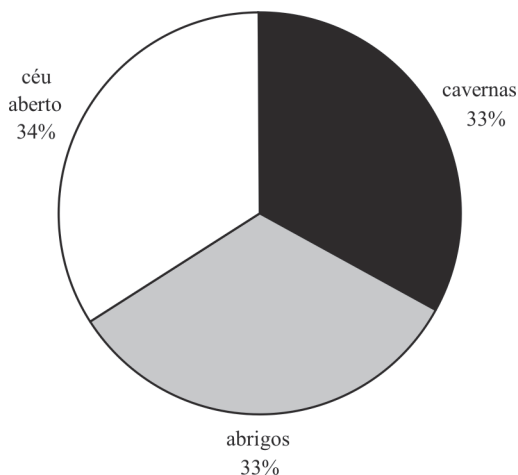


Fotos 1 e 2 – Urnas retiradas do sítio arqueológico *Engenho da Serra*, nas proximidades das ‘casas subterrâneas’. Estão expostas na mostra permanente da Companhia Siderúrgica Nacional, na cidade de Arcos-MG

Foto 3 – Instrumentos líticos polidos provenientes de sítios arqueológicos da Província: A) machado semi-lunar encontrado no bairro curso do rio São Miguel, há documentos etnográficos que atestam o uso deste tipo de artefato entre grupos de língua gê; B) lâmina de machado encontrada na caverna Capoeirão, parte de seu gume está coberta por espeleoterra; C) mão-de-pilão, a parte ativa é a extremidade inferior; D) instrumento provavelmente utilizado para triturar frutos e sementes, a julgar pelas marcas de uso na parte ativa (inferior).

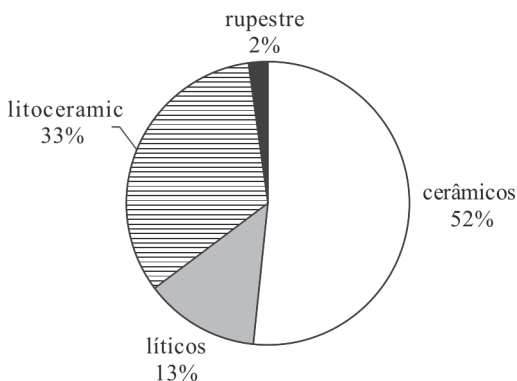
pontuais e coletas de superfície. Porém, os resultados destes trabalhos nunca foram publicados. Caso nossos dados, que serão apresentados na defesa da dissertação, venham a comprovar que tais estruturas foram efetivamente produzidas por grupos pré-históricos, o sítio Engenho de Serra será uma das manifestações mais setentrionais das estruturas arqueológicas denominadas “casas-subterrâneas”, típicas do Sul do Brasil.

Também ocorrem sítios abrigados, alguns de difícil acesso, com vestígios arqueológicos em abrigos e zonas afólicas de cavernas (Koole *et alii* 2001). Algumas destas têm todo o piso coberto por fragmentos cerâmicos, como nos casos da *Gruta do Capoeirão* e nas *Grutas Mané do Juquinha Norte e Leste*. Os tipos de locais em que ocorrem os sítios arqueológicos foram inicialmente divididos por Costa *et alii* (2003) em três categorias, segundo sua exposição ao ambiente externo; são elas: cavernas, abrigos e sítios a céu aberto. A despeito das raríssimas intervenções de subsuperfície realizadas pelo projeto, a proporção entre tais categorias foi equilibrada (Graf. 1). Isto se deve ao alto nível de intervenção humana na região, decorrente da alta fertilidade dos solos e de uma agricultura de pequenas e médias propriedades que exploram intensivamente a suave topografia dos montes, que são praticamente destituídos de vegetação de porte. Sazonalmente estruturas arqueológicas são expostas pela ação do arado, e serão gradativamente fragmentadas e carregadas com o passar dos anos, caso nada seja feito para seu resgate.



Graf. 1 – Tipos de locais dos sítios arqueológicos identificados.

Mais de 85% dos sítios arqueológicos levantados pelo PASF possuem fragmentos de vasilhas ou utensílios cerâmicos (Graf. 2), bacias, urnas, cachimbos e fusos. Foi registrada uma alta taxa de variação nas formas do vasilhame, que vão desde pequenos potes globulares de formas fechadas, muitos com gargalo, até grandes vasilhas piriformes, também de forma fechada, paredes de grande espessura e diâmetro maior girando em torno de 1,3 m. Há ainda inúmeras vasilhas de forma aberta, grandes potes com base piriforme, “bacias” com base globular, “tigelas” e, em menor quantidade, “pratos”.



Graf. 2 – Materiais presentes nos sítios arqueológicos levantados.

Foi o estudo da cerâmica que embasou as tentativas de síntese da pré-história regional (Dias Jr. 1975-76, 1974; Prous 1992). Os primeiros trabalhos de caracterização tecno-estilística do material cerâmico da Província foram feitos por Dias Jr. e a equipe do IAB-RJ, que definiu duas tradições cerâmicas distintas: a mais antiga seria a Fase Piumhi, pertencente à tradição Una, na qual aparecem vasos com gargalo alongado, banho de argila nas cores branca e vermelha, alisamento e polimento de superfície (Dias Jr. 1969; Dias Jr. & Carvalho 1982). Posteriormente, a região teria sido ocupada por horticultores ceramistas vinculados à tradição Aratu/Sapucaí, caracterizada por vasilhames de variados tamanhos, destacando-se grandes potes para armazenagem de líquidos e grãos, urnas funerárias, pequenas vasilhas geminadas, rodela de fuso, cachimbos, além de pratos e tigelas (Dias Jr. & Carvalho 1978; Prous 1992).

Além de descrições acerca da morfologia, dimensão e função dos utensílios cerâmicos, pouco

se avançou em relação às características sociais e econômicas das sociedades indígenas em questão. Foram obtidas duas datações radiocarbônicas provenientes do sítio arqueológico “Buracão dos Bichos”, uma de 1840 AP ± 120 (SI 2368) e outra de 1000 AP ± 90 (SI 2369) (Dias Jr. 1975/76: 171). Esta caverna está localizada no interior de um vale cego, próximo ao ponto onde o córrego Grande deságua no rio São Francisco, no extremo oeste da Província. As ocupações relativas a esta data foram posteriormente vinculadas à tradição Una por Dias & Carvalho (1982: 30).

Vale dizer que as separações culturais e cronológicas entre os complexos cerâmicos geraram dúvidas em Dias Jr. Ao se estender sobre as discussões da reunião do PRONAPA especificamente realizada para discutir a separação entre as tradições arqueológicas brasileiras, Prous comenta que Dias Jr.:

“(...) falou na reunião de Goiás de 1980, que o material da [tradição] Sapucaí apresentava características por vezes mais próximas da tradição Una do que da Aratu, da Bahia; no entanto, não se estendeu em pormenores sobre o assunto. Esses sítios da região sudoeste mineira costumam ser atribuídos aos *Cataguás* [grifo nosso], que resistiram demoradamente aos invasores brancos, mas não chegaram a ser estudados (1992: 352).”

## Etnohistória

Os pesquisadores tentaram completar este quadro relacionando as tradições regionais a grupos indígenas citados em textos históricos (Prous 1992), visto que a identificação de um grupo etnohistórico específico abre um leque de possibilidades para que se explorem traços de sua trajetória histórica e organização social. Na concepção de Dias Jr., as cerâmicas da tradição Sapucaí estariam associadas aos *Cataguá*, uma das mais “temíveis nações indígenas”, que dominava vasto território do centro e sul de Minas e que teria imposto severa resistência aos bandeirantes paulistas (Dias Jr. & Carvalho 1978).

Prous, por sua vez, trilhou caminho semelhante ao de Dias Jr., ao relacionar manifestações da tradição Una do Alto/Médio São Francisco aos

mesmos grupos indígenas. No seu entendimento a tradição Una:

“manteve-se (...) até a chegada dos europeus, como mostram um fragmento de metal encontrado em um silo na lapa da Hora (Januária) e os relatórios dos primeiros bandeirantes que relatam a expulsão de ‘*Cataguás*’ [grifo nosso] *cavernícolas, cuja agricultura era baseada no milho* (1992:338).”

Como se vê, tanto Prous, quanto Dias Jr. relacionam duas tradições distintas, Una e Sapucaí a um grupo etno-histórico, especificamente os Cataguá. Tal contradição fica evidente quando Dias Jr. sugere, com a concordância de Prous, que o material Una seria mais antigo que o Sapucaí (Dias Jr. & Carvalho 1982; Prous 1992), e quando ambos aceitam a hipótese de Senna e Vasconcellos, que postula a migração dos Cataguás a partir do nordeste do Brasil, em um momento histórico marcado por grande contingência populacional que desembocara em fenômenos de fracionamento e dispersão.

A associação entre essas tradições cerâmicas e o gentio Cataguá apóia-se integralmente naquelas fontes secundárias, que indicam que tal “nação” estaria ocupando os sertões do sul, centro e oeste de Minas, nos séculos XVI e XVII (Barbosa 1979; José 1965; Senna 1938; Vasconcellos 1904). As principais fontes primárias apontadas por tais trabalhos, propagadores da definição do gentio Cataguá, são os relatos dos primeiros cristãos a adentrar o interior do atual estado de Minas Gerais, entre os séculos XVI e XVII. A fonte mais antiga conhecida é a carta do Padre Aspicuelta de Navarro, que fala da entrada comandada por Espinosa, que partiu de Porto Seguro em meados de 1552, subindo o rio Jequitinhonha com uma escolta de 12 homens, alcançando o alto vale do rio São Francisco, próximo à confluência com o rio das Velhas (Capistrano de Abreu 1982: 279; Derby 1901: 245; RAPM 1901: 161). Em sua carta, Navarro descreve o Médio e o Alto Jequitinhonha, chegando até o Alto São Francisco, antes que tais regiões sofressem o impacto da conquista (Fig. 2).

Ao falar das populações indígenas, Navarro enfatiza seu grande número, sua diversidade lingüística, seus rituais e festas, além do estado de conflito permanente entre as tribos. Em uma passagem, talvez próximo à barra do rio das Velhas, ele menciona:



*“uma nação de gentios denominada Cathiguçú, em um rio mui caudal, por nome Pará, que segundo os Índios informaram é o rio de S. Francisco e é mui largo. Da outra margem se chamam Tamoyos, inimigos delles; e todas as outras partes Tapuyas (1901: 100).*

Esta carta, apesar de ser citada como indicadora da presença de índios cataguá no sertão mineiro, não faz qualquer menção a tal tribo.

Somente cinqüenta anos depois de Navarro, teremos notícias de uma nova expedição, dessa vez partindo de São Paulo em 1601 (Derby 1900: 330), comandada por André Leão e que teve como escriba um certo Wilhelm Jost ten Glimmer, oriundo dos Países-Baixos e sócio, com outro holandês, de algumas fazendas em Santos (Prezia 2000: 85). O texto é menos profícuo que o relatado por Navarro, indicando que os exploradores atravessaram a serra da Mantiqueira a partir do rio Paraíba, percorrendo o sul do atual estado de Minas Gerais (Fig. 2), onde são descritos os pinhais de Araucárias (Almeida 1902: 234; Derby 1900: 339). Glimmer fala de inúmeras aldeias abandonadas, com suas casas em ruínas, e também de pequenas colunas de fumaça, vistas ao longe, em meio à floresta densa, atribuindo sua autoria aos nativos. Ele conta que o grupo seguiu por um mês de caminhada no rumo nordeste sem encontrar rio algum, chegando a uma estrada larga e trilhada e a dois rios de grandeza diversa que, rompendo para o norte, seriam as fontes ou cabeceiras do rio São Francisco (Almeida 1902: 235; Derby 1900: 336). Informados por nativos capturados que além daquelas montanhas uma “*tribo assaz numerosa*” preparava-se para atacá-los, o grupo tratou de regressar. Aparentemente o fizeram sem um grande butim, seja de pedras preciosas ou de cativos. Mais uma vez, não se menciona nada acerca dos “*Cataguá*”.

No ano seguinte, Nicolau Barreto lidera uma bandeira composta por mais de 300 índios, além de auxiliares *mestiços*, que partiu de São Paulo em setembro de 1602, “*tendo estado no sertão pelo prazo de dois anos com muitos gastos e mortes*”. Atingiu as margens do rio das Velhas, apresando algo em torno de 3.000 índios, entre tapuias e termininós e sem qualquer palavra acerca de nativos Cataguá (Monteiro 1992: 60; Taunay 1924: 27).

Outra bandeira que é apontada como combatente do gentio Cataguá é a de Lourenço Castanho Tacques, que em 1675 os teria derrotado no sertão mineiro (Senna 1938). Taunay, porém, alega não

haver no relato de tal bandeira nada que indique que Tacques combatera cataguás, mencionam-se apenas cativos da nação caeté (Taunay 1948: 98). Na verdade, o termo ‘*Minas dos Cataguases*’ aparece na carta que o infante D. Pedro envia ao potentado paulista em fevereiro de 1673, instigando-o a explorar o território a norte da Mantiqueira (Leme 1980: 129). Como se vê, ao contrário do que afirma Prous, não há nos relatórios dos primeiros bandeirantes qualquer menção a Cataguás cavernícolas (1992: 338).

A partir do século XVIII não teremos mais informações sobre os grupos indígenas originais, pois os nativos, que não foram mortos ou capturados, fugiram para regiões não conquistadas, como o triângulo mineiro e o território de Goiás. A década de 60 se inicia com a campanha dos primos Bartholomeu Bueno do Prado e Salvador Jorge, que comandando uma escolta de 400 homens, por ordem do governador Gomes Freire de Andrade, entraram no sertão de Campo Grande a fim de assolar com toda a “*multidão de negros aquilombados pelo Andaya Bambuhy, Corumbá, Santa Fé, Jacuy, Rio das Abelhas, rio Grande e Rio Parnahyba*” (Barreto 1992: 44). Também os relatos da expedição comandada por Inácio Pamplona, em 1769, já não trazem qualquer menção a indígenas, mas a quilombolas ou criminosos que se refugiavam naquela região (Biblioteca Nacional 1988). Além do caráter bélico tal expedição tinha o objetivo de oferecer jurisprudência em conflitos e legislar em agrupamentos já existentes naqueles *sertões*, cujos expoentes seriam os povoados de Pium-hí e Santa Ana do Bambuy (Barreto 1992: 18; Souza 1996: 193).

Apesar de as línguas faladas pelos indígenas da região não terem sido registradas, os raros estudos lingüísticos existentes sugerem uma afiliação ao tronco Macro-gê (Davis 1968, 1966; Urban 1998: 90). Os bandeirantes paulistas, fluentes em línguas pertencentes à família tupi-guarani (especialmente o *nheengatú*, tupi paulista ou tupi jesuítico) teriam utilizado o vocábulo “*cataguá*” para designar genericamente qualquer grupo não tupi que habitasse florestas. O termo significa: *aquele que vive no mato*, sendo uma derivação de *caá* (campo, mato ou árvore), *tã* (duro ou bruto) e *guá* (vale) (Silveira Bueno 1998: 98).

Esta atitude de desprezar o uso de denominações tribais dos grupos indígenas, salvo no caso de cativos recém-introduzidos do sertão, era uma prática corriqueira entre os paulistas dos séculos



XVI e XVII (Monteiro 1999: 193). Bom exemplo é a palavra *tapuia*, que jamais designou uma tribo específica, mas simplesmente grupos diferenciados e inimigos dos grupos falantes de línguas do tronco tupi-guarani. Os tapuias eram, na opinião de Navarro, “*uma geração de Índios bestial e feros; porque andam pelos bosques, como manadas de veados, nus, com os cabelos compridos como mulheres: a sua fala é mui bárbara e elles mui carniceiros...*” (APM 1901: 162).

Sampaio (1900: 90) demonstrou a diversidade de estórias fantasiosas que foram criadas sobre os habitantes indígenas do sertão, à época das expedições que buscavam a Serra de Sabarabussú. Os termos *Tapuia* e *Cataguá* têm muito em comum (Lowie 1946; Silveira Bueno 1998); ambos são genéricos, quase pejorativos, e não designam nenhuma tribo especificamente, mas povos ‘*não-Tupi*’, bárbaros habitantes do mato.

As fontes documentais dos séculos XVI e XVII, que mencionam os grupos indígenas habitantes do alto curso do rio São Francisco e proximidades, são totalmente omissas em relação a uma *Nação Cataguá*. Os primeiros exploradores da região sempre se referiam aos grupos que não falavam línguas tupi-guarani, e possuíam culturas distintas daquelas conhecidas pelos colonizadores, como *tapuias* e nunca *Cataguás*.

Nessas fontes, a palavra *cataguá* aparece sempre associada ao Sertão dos Cataguás ou Minas dos Cataguás e nunca a uma determinada tribo ou etnia, mas simplesmente a vários grupos distintos denominados genericamente como *Cataguás*, habitantes de sertões desconhecidos. O que era apenas uma generalização transformou-se, nas mãos de Vasconcellos (1904), Nelson de Senna (1938) e Barbosa (1979), na denominação de uma das mais ‘*temíveis nações indígenas*’ que dominava amplas áreas dos sertões mineiros. Se tal grupo tivesse existido, da forma como propõem tais autores, não deixaria de ser notado por homens como Navarro, Glimmer, Barreto e Tacques, que registraram a presença de *Cathiguçús*, *Tamoios*, *Termininós* e *Caetés*. O mito dos Cataguá foi ainda perpetrado por nomes de maior envergadura, tais como Nimuendajú (1987), que assinala a presença de Cataguás no vale do São Francisco em 1552; e Lowie (1946), que também os cita na obra *Handbook of South American Indians*. Ele chegou até os nossos dias nos importantes textos arqueológicos aqui comentados, que estabeleceram uma frágil

associação entre as cerâmicas arqueológicas do Alto São Francisco e uma etnia cuja existência não encontra sustentação nas fontes documentais dos séculos XVI e XVII.

Esta hegemonia não se deu sem resistência. Ao longo da primeira metade do século XX, Taunay (1948: 88) insistentemente chamara a atenção para vários pontos da obra de Vasconcellos, onde determinados eventos históricos são descritos com riqueza de detalhes sem que sejam citadas as fontes consultadas. No entanto, a despeito dos esforços desse estudioso, prevaleceram idéias apoiadas em fontes secundárias romanceadas. Os trabalhos arqueológicos destinados à elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, que efetivamente poderiam gerar o levantamento de novas informações para a história regional, limitam-se a reproduzir o discurso arqueológico tradicional, não realizando sequer a acareação entre fontes históricas secundárias e primárias, procedimento este que motivou a produção deste artigo.

### Considerações finais

A análise das fontes primárias dos séculos XVI e XVII, aliada aos recentes dados que vêm sendo levantados pelo PASF, deixa uma certeza incontestável: é mais fácil crer na existência dos *Tatus Brancos* de Câmara Cascudo, que nos *temíveis Cataguá* de Diogo de Vasconcellos e seus discípulos. Bom exemplo é o sítio arqueológico *Mané do Juquinha* (Foto 4), localizado 9 km a sul da cidade de Pains-MG, próximo às cabeceiras do rio São Miguel, importante tributário da margem direita do alto curso do rio São Francisco (Fig. 1). Este sítio ocupa um sistema composto por corredores de diáclases que conectam duas cavernas principais, e vem sendo estudado sob a chancela do Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia-USP (Henriques 2002, 2004). Carvões coletados na base de duas estruturas de combustão, localizadas em duas unidades de 1m<sup>2</sup> escavadas no segundo salão da Gruta Leste (Foto 4), forneceram as seguintes datas: 600±50 BP, com 68% de probabilidade de estar situada entre 1300 e 1410 AD (Beta-193755); 450±60 BP com 68% de probabilidade de estar situada entre 1420 e 1470 AD (Beta-193754).

Ante tais datas é possível dizer que ocorreram ocupações sucessivas nesta gruta, ao longo dos



Foto 4 – Foto tomada na direção sul/norte, mostrando o segundo salão da Gruta Leste do sítio arqueológico Mané do Juquinha, onde foram escavadas 10 unidades de 1m<sup>2</sup>. As pequenas bandeiras (11x9 cm) indicam a localização dos vestígios no espaço intra-sítio; bandeiras claras indicam fragmentos cerâmicos, as escuras indicam vestígios orgânicos, cuja maior parte é formada por ossos de animais e conchas de moluscos bivalves.

séculos XIV e XV. Tais ocupações possuem um padrão comum de formação do registro arqueológico, que se reflete na frequência de tipos e no padrão de dispersão dos vestígios e estruturas (Fig. 3), outro reflexo deste padrão é a homogeneidade técnica e estilística verificada no material cerâmico. Além das grutas do sítio *Mané do Juquinha*, já levantamos mais de três dezenas de cavernas que guardam vestígios arqueológicos (Graf. 1), demonstrando que as feições do endocarste nesta área específica foram intensamente utilizadas por tais populações de horticultores ceramistas. A função de tais sítios parece variar segundo a localização, morfologia e delineamento das cavernas, sendo que algumas foram utilizadas como jazigos para sepultamentos, outras foram utilizadas como habitações temporárias e/ou para rituais.

Como ocorre no sítio *Mané do Juquinha*, muitas cavernas apresentam registros de atividades corriqueiras, ocorrendo fusos cerâmicos, refugos de fabricação de ornamentos de conchas bivalves,

instrumentos feitos deste material, refugos alimentares faunísticos relacionados a estruturas de combustão, que contêm ainda fragmentos de potes enegrecidos por fuligem (Fig. 3). A nosso ver, esse tipo de registro decorreria de ocupações temporárias no interior da gruta. Não sabemos ainda se tais ocupações estariam circunscritas a atividades rituais. Visto que as únicas estruturas que, até o momento, podem seguramente ser ligadas a tais atividades são os sepultamentos de horticultores-ceramistas, estruturas que não foram identificadas no sítio *Mané do Juquinha*. Porém, a grande ocorrência de estruturas arqueológicas compostas por fogueiras e conchas bivalves neste sítio, fator raro em nossa amostra de sítios arqueológicos em cavernas, pode estar ligada a atividades rituais de outra natureza que a dos sepultamentos.

De qualquer forma, os dados demonstram que a lenda evocada por Câmara Cascudo pode ser um palimpsesto de uma época onde haveria contatos esporádicos entre *mamelucos paulistas* e tais grupos

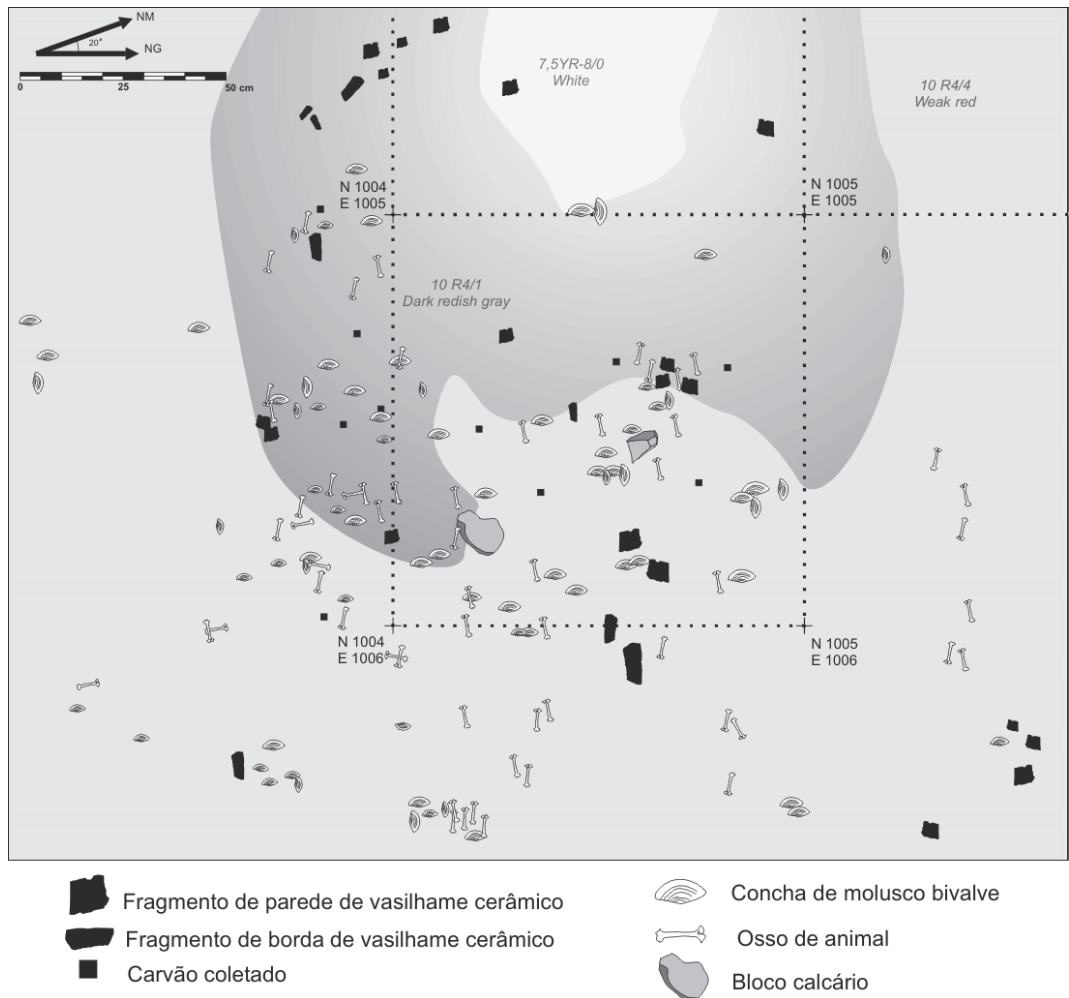


Fig. 3 – Sítio arqueológico Mané do Juquinha – Gruta Leste. Superfície do interior e entorno da Sondagem 1. Um exemplo da disposição destes vestígios em torno de uma das muitas estruturas de combustão registradas no sítio pode ser visto nesta planta-baixa. Os números assinalados no canto das quadras indicam os pontos de coordenadas estabelecidos pela topografia digitalizada realizada no sítio. A linha pontilhada delimita as quadras escavadas.

“proto-históricos” da região do Alto São Francisco, ao longo dos séculos XVI e XVII. Traço marcante dos indígenas retratados na lenda, além da antropofagia, é o fato de habitarem uma “região agreste das Minas Geraes” repleta de “furnas e cavernas temerosas”, localizada além da Serra da Mantiqueira.

Nosso projeto visa justamente tentar definir os padrões de utilização de tais feições em relação aos sítios a céu aberto e em abrigos sob rocha. As análises conclusivas sobre as ocupações de horticultores ceramistas da sub-bacia do rio São Miguel (Fig. 1), tributária da bacia do Alto São Francisco, serão

publicadas na dissertação de mestrado a ser defendida no próximo ano (Henriques 2004).

#### Agradecimentos

Ao antropólogo Klinton Senra, pelo auxílio na pesquisa etnohistórica e etnolinguística.

Ao Prof. Dr. Ondemar Dias Jr. que cordialmente nos recebeu, em 05/10/2000 no Instituto de Arqueologia Brasileira do Rio de Janeiro (IAB-RJ), para discutir sobre a etnohistória do Alto São Francisco.

HENRIQUES, G.; COSTA, F.; KOOLE, E. The Upper São Francisco and the Cataguá Mith: contributions to the indigenous history of Minas Gerais. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 14: 195-208, 2004.

ABSTRACT: Several academic works in both ethnohistory and archaeology point to the Upper São Francisco Basin as an area of domain of the “fearsome Cataguá nation”, which supposedly occupied this territory in the sixteenth and seventeenth centuries. This article aims to show, through a comparative analysis of primary and secondary sources that the existence of such a group is unproven, resulting from the early explorer’s habit of coining generalizing ethnic names to different non-Tupi speaking indigenous groups.

UNITERMS: Ethnohistory – Archaeology – São Francisco River – Minas Gerais – Cataguá.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J.V. (Trad.)  
1902 Breve descrição do rio S. Francisco e itinerário de Guilherme Glimmerio pelos sertões do Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. VI, 1900-1901. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”: 232-5.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO  
1901 “Cartas do Padre João de Aspilcueta”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 6. Belo Horizonte: APM. p. 161-2.
- BAETA, A.  
2002 *Avaliação arqueológica de uma área de exploração de calcário no município de Dorópolis, MG*: Decreto DNPM 830.222/83. São Paulo: Imerys/Scientia. 46 p.
- BAETA, A.; ALBANO, R.  
1997 Levantamento e diagnóstico arqueológico. In: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. *Relatório de controle ambiental e plano de controle ambiental – Levantamento arqueológico e cárstico/espeleológico – definição da reserva legal – Mineração Bocaina*. Adendo-AJN-MA-RE-001-1. Arcos: CSN (Mineração Bocaina): 4-18.
- BARRETO, L.  
1992 *História de Arcos*. Arcos: Prefeitura Municipal. 221 p.
- BARBOSA, W.A.  
1979 *História de Minas*. V. II. Belo Horizonte, Ed. Comunicação: 269–95.
- BIBLIOTECA NACIONAL  
1988 *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 108. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional: 47-113.
- COSTA, F.; HENRIQUES, G.; KOOLE, E.  
2003 Prospecções arqueológicas em áreas de mineração de calcário da Província Cárstica do Alto São Francisco. *XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB. Set/2003. CD ROM.
- CALDERÓN, V.  
1973 A pesquisa arqueológica nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte. *Dedalo*, 17/18. São Paulo: 25-32.  
1971 Breve notícia sobre a Arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. *Publicações Avulsas*, 15. Belém: Museu E. Goeldi.
- CAPISTRANO DE ABREU, J.  
1988 *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- CASCUDO, C.  
2000 *Lendas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ediouro. 176 p.
- DAVIS, I.  
1966 Comparative Jê Phonology. *Estudos Linguísticos*, 1(2): 10-25.  
1968 Some Macro-Jê Relationships. *International Journal of American Linguistics*, 34 (1): 42-47 [reimpresso em H.E.M. Klein; L.R. Stark (Orgs.) *South American Indian language: retrospect and prospect*. Austin: University of Texas Press, 1985].
- DERBY, O.  
1900 O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. IV, 1898-1899. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”: 329-50.

- 1901 Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*. vol. V, 1899-1900. São Paulo: Typographia do "Diário Oficial": 240-78.
- DIAS JR, O.
- 1969 Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas. PRONAPA. *Resultados Preliminares do 4º ano, 1968-1969*. Publicações Avulsas, n. 15. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi: 133-48.
- 1974 Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. PRONAPA. *Resultados Preliminares do 5º ano, 1969-1970*. Publicações Avulsas, n. 26. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi: 105-16.
- 1975/76 Pesquisas Arqueológicas nas Grutas do Brasil. *Anais do X Congresso Nacional de Espeleologia*. Ouro Preto, SEE: 161-98.
- 1976/77 Evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de divulgação Científica, Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*. N. III e IV, Goiânia: Universidade Católica de Goiás.
- DIAS JR, O.; CARVALHO, E.
- 1978 Uma habitação semi-subterrânea em Minas Gerais: dados arqueológicos. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*. V. III. Belo Horizonte, MHN/UFMG: 239-56.
- 1982 A fase Piumhy: seu reconhecimento arqueológico e suas relações culturais. *Revista Clio*, 5, Recife, UFPE: 5-43.
- HENRIQUES, G
- 2002 Arqueologia regional do rio São Miguel, bacia do Alto São Francisco: a cronologia das ocupações Una e Sapucaí. Projeto de Mestrado. São Paulo: MAE/USP. 25 p.
- 2004 Arqueologia regional do rio São Miguel, bacia do Alto São Francisco: a cronologia das ocupações Una e Sapucaí. I Relatório de Atividades. Relatório enviado à 13ª SR IPHAN, FEAM & CECAV-IBAMA. São Paulo: MAE/USP. 32 p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- 2004 *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*. Homepage: <http://www.iphan.gov.br/>
- JOSE, O.
- 1965 *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo-Horizonte: Ed. MP. 217 p.
- KOOLE, E.; HENRIQUES, G.; COSTA, F.
- 2001 Archaeology and Caves in the Carstic Province of Arcos – Pains – Doresópolis, Minas Gerais – Brazil. *The 13th International Congress of Speleology – SPELEO BRAZIL*. SBE, Jul/2001. Anais XXVI CBE/XIII ICS. Vol. I. Brasília: SBE. 256 p. (disponível para download: [http://www.sbe.com.br/Arcos\\_Pains.asp](http://www.sbe.com.br/Arcos_Pains.asp))
- LEME, P.T. DE A.P.
- 1980 *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. T. I. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 280 p.
- LINO, C. F.
- 2001 *Cavernas: o fascinante Brasil subterrâneo*. 2 ed. São Paulo: Gaia. 288 p.
- LOWIE, R.
- 1946 The Tapuya. J. Steward (Ed.) *Handbook of Southamerican Indians*. Vol. I. Washington: Smithsonian Institution: 553–556.
- MARTIN, G
- 1999 *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE. 440 p.
- MONTEIRO, J.M.
- 1994 *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras. 300 p.
- 1999 Novos caminhos para velhas fronteiras: paulistas, índios e a economia colonial. I. Alves Filho (Coord.) *História pré-colonial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Europa.
- NIMUENDAJÚ, C.
- 1987 *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória. 45 p.
- PREZIA, B.A.
- 2000 *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quincentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 266 p.
- PROUS, A.
- 1992 *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB. 605 p.
- RESENDE, M.E.L.; MORAES, A.M.
- 1987 *Atlas histórico do Brasil*. Belo Horizonte: Vigília. 94 p.
- SENNA, N.C. de
- 1938 *Etnografia brasileira: os principais povos selvagens que habitaram Minas Gerais*. Vol. 1, tomo XXV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 337 p.
- SILVEIRABUENO, F.
- 1998 *Vocabulário Tupi-Guarani/Português*. 6 ed. São Paulo: Ed. Éfeta.
- SOUZA, L. de M.
- 1996 Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas, Minas Gerais, 1769. J.J. Reis; F.S. Gomes (Orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras: 193-212.
- SAMPAIO, T.
- 1900 O sertão antes da conquista: século XVII. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, vol. IV, 1898-1899. São Paulo, Typographia do "Diário Oficial": 79-94.
- TAUNAY, A. D'E.
- 1924 *História geral das bandeiras paulistas*. t. I. São Paulo: Museu Paulista.
- 1948 *História geral das bandeiras paulistas*. t. IX. São Paulo: Museu Paulista. 676 p.

HENRIQUES, G.; COSTA, F.; KOOLE, E. O Alto São Francisco e o Mito dos Cataguá: contribuições para a história indígena em Minas Gerais. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 14: 195-208, 2004.

URBAN, G

1992 A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. M.C. Cunha (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/SMC/FAPESP: 87-102.

VASCONCELLOS, D. de

1904 *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais: 65-86.

*Recebido para publicação em 21 de outubro de 2004.*